

SESSÕES DO PLENÁRIO

1ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de fevereiro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN (AD HOC)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial de outorga do Título de Cidadão Baiano ao advogado João de Melo Cruz, proposta pela deputada Maria del Carmen, que preside esta sessão especial.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Convido para compor a Mesa: o Sr. Procurador-chefe da Procuradoria Judicial, Ruy Sérgio Deiró da Paixão, representando o governo do Estado; o Sr. Tenente-coronel Davi Oliveira Lanzellotti, representando o comandante-geral da Polícia Militar do Estado da Bahia, o coronel Anselmo Alves Brandão; o Sr. Advogado, professor, amigo fraterno, Dr. Marcos Melo; o Sr. Diretor da *TV Aratu*, amigo do homenageado, Nei Bandeira Júnior. (Palmas)

Designo o Cerimonial, acompanhado de seus filhos, para conduzir a este recinto o advogado João de Melo Cruz. (Palmas)

Convido todos os presentes a ficarem de pé, para acompanharmos a execução do Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Bom-dia! Agradeço a presença de todos. Cumprimento a Mesa, Sr. Ruy Sérgio Deiró da Paixão, procurador-chefe da Procuradoria Judicial, representa o governador do Estado; Sr. Davi Oliveira Lancellotti, tenente-coronel, representa o Comando-Geral da Polícia Militar; Sr. Coronel Anselmo Duarte; Sr. Marcos Melo, meu amigo querido, advogado, professor de Direito Penal, amigo do homenageado, discípulo do homenageado; Sr. Ney Bandeira Júnior, Diretor da *TV Aratu*; nosso querido homenageado.

(Lê) “Senhores e Senhoras, nesta sessão de outorga de Título de Cidadão, em mais um discurso de saudação, desta vez homenageando o ilustríssimo advogado João de Melo Cruz, enfatizo que se trata de uma daquelas ocasiões extremamente especiais das nossas vidas e, portanto, jamais a esquecerei”.

Eu já tive, também, a honra e a satisfação de estar nesta mesa recebendo o Título de Cidadã Baiana das mãos da minha amiga, a senadora Lídice da Mata.

(Lê) “Todos os aqui presentes sabem do empenho, do trabalho, da qualidade e do comprometimento da atuação deste homem em prol do desenvolvimento jurídico não só da nossa região, mas sim de todo o País, com a concretização de tantos sonhos. Homenageá-lo, caro João de Melo Cruz, é uma honra que milhares de baianos já tiveram, quando, em seu nome, sufragaram o voto em eleições para deputado estadual, em duas oportunidades, 1986 e 1990.”

Que falta fez a esta Casa ter alguém com o seu brilhantismo e o seu compromisso que tanto faltam, muitas vezes, nesta Casa Legislativa.

(Lê) “Naquela ocasião, consagrou a suplência e, infelizmente, esta Casa não teve a oportunidade de tê-lo entre os seus pares. Hoje, tive a honra de apresentar este projeto. Tive a honra de apresentar 20 projetos de lei aos pares desta Casa, que os aprovaram por unanimidade.

Peço *vênia*, então, para ler a justificativa do projeto de decreto legislativo que ora se cumpre:

'O mais novo dos oito filhos do casal Zuleica de Melo Cruz e Eduardo Rodrigues da Cruz, de tradicional família sergipana, JOÃO DE MELO CRUZ, nasceu em 04 de abril de 1938, na capital Aracaju.

João de Melo Cruz é pai de 4 filhos: João de Melo Cruz Filho, Maria Tereza Gordilho de Melo Cruz Avena, Frederico Geidendorfer de Melo Cruz e a caçula – já vimos o carinho do nosso homenageado com essa caçula – Juliana Gomes Delitsch de Melo Cruz.

Também é avô de Clara de Melo Cruz Avena; Pedro de Melo Cruz Avena, filhos de Maria Tereza; Maria Luíza Mendonça Geidendorfer de Melo Cruz, filha de Frederico, e Valentina de Vechi de Melo Cruz, filha de João Filho.

Graduou-se, em 1963, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil na seção da Bahia há mais de 52 anos, foi, inclusive, seu Conselheiro.

Iniciou sua brilhante carreira na vida jurídica pela área criminal, ramo em que se tornou um dos nomes mais conceituados do País, dedicando-se no Estado da Bahia ao amor pela vida jurídica com excelência.

Em 1966, foi nomeado Defensor Público, atuante por mais de 20 anos, tendo, inclusive, chefiado a Defensoria Pública da Bahia, nos governos Waldir Pires e Nilo Coelho.

Atuou, ainda, nas Primeira e Segunda Varas do Júri da capital baiana, após designação do ilustre Professor de Direito José Joaquim Calmon de Passos.

Fez e realizou mais de mil juris foram realizados na Bahia, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados do país, trazendo expressivo sucesso ao cenário jurídico da Bahia por suas atuações, especialmente pelos casos de relevante repercussão nacional”.

Defendeu desde aqueles que não tinham voz, só a Defensoria Pública poderia defendê-los, como também nomes ilustres do nosso Estado e fora dele.

(Lê) “Além disso, participou ativamente em diversas obras de assistência e amparo a jovens carentes na capital baiana, notadamente, no bairro da Boca do Rio.”

Recordo-me de uma dessas idas, ao seu lado e com o deputado Nelson Pelegriño, para defender e lutar por melhorias em diversos bairros populares desta cidade, para garantir que os jovens pudessem ter espaço para continuar nas suas atividades.

(Lê) “Foi, também, homenageado pela unanimidade dos vereadores soteropolitanos, recebendo o Título de Cidadão Honorário da Cidade de Salvador.

Se candidatou a deputado estadual nas campanhas eleitorais de 1986 e 1990, alcançando a suplência em ambas.

Em sua excepcional carreira, João de Melo Cruz foi também professor Assistente de Direito Penal da Faculdade de Direito da UFBA.

Fora dos tribunais e das varas, dedica-se a compartilhar de sua impressionante experiência e conhecimento, através de consultorias a bancas de advogados criminalistas, abrilhantando ainda mais o cenário jurídico deste Estado.

Diante desta tão admirável trajetória, resta-nos pouco a acrescentar.”

Os que aqui estão conhecem a sua história, conhecem a sua trajetória, conhecem a sua vida e aqui vieram homenageá-lo nesta data, na data em que a Bahia o reconhece como filho ilustre, através da decisão dos pares desta Casa.

(Lê) “Sendo assim, salienta-se que o homenageado é, principalmente, advogado e professor, as mais nobres e transformadoras das profissões, capazes de, pelo exemplo e conhecimento, mudar o homem e, conseqüentemente, ajudar a construir um mundo melhor, um mundo mais humanista. Papeis estes, que o brilhante João de Melo Cruz exerce com excelência, sendo, pois, extremamente merecedor do título ora outorgado por esta Casa Legislativa em nome de todos nós por ela representados.

Por fim, esta Casa aplaude e reverencia neste momento João de Melo Cruz, que apesar de nascido em Aracaju, possui um ardente coração baiano que escolheu este Estado para viver.”

Aqui se formou, aqui construiu sua vida, aqui nasceram seus filhos, aqui, como disse há pouco, teve seus grandes amores, entre eles a justiça e o ensino.

(Lê) “Por todo esse currículo, por ter sempre se dedicado com fé e esperança ao trabalho, bem como dividido as conquistas com seus irmãos de caminhada, por jamais ter deixado de trabalhar pela dignidade humana e pelo bem comum, é que conferimos essa homenagem.

Receba agora o merecido Título de Cidadão, que esta deputada e seus pares, em nome de todos nós baianos, oferecem-lhe com muito orgulho e carinho.

Parabéns João de Melo Cruz, a partir de agora, o mais novo cidadão baiano. Muito obrigada.” (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Convido a representante da

Defensoria Pública para, conosco, compartilhar desta Mesa.

Convido os filhos do homenageado para, comigo, entregar o Título de Cidadão ao Dr. João de Melo Cruz; Frederico, João, Maria Tereza e Juliana. Convido também Marcos Melo para conosco entregar o Título de Cidadão Baiano.

Descobrimos a música que você gosta, João de Melo Cruz.

(A Sr^a Presidente procede à entrega do Título de Cidadão Baiano.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Quebrando o protocolo, concederei a palavra ao Dr. Marcos Melo para também homenagear o mais novo cidadão baiano.

O Sr. MARCOS MELO:- Bom dia a todos e a todas. Quero saudar a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmen e dizer da minha satisfação de estar, nesta Casa, homenageando o meu professor. Falar de João de Melo Cruz, evidentemente, antes de ser uma alegria e uma satisfação, é falar um pouco da minha vida na Bahia. Foi o professor João de Melo Cruz que me levou ao júri. Foi o professor João de Melo Cruz que fez com que eu pudesse construir a minha vida de profissional do júri. Então, João de Melo Cruz representa para mim o pai baiano, todos sabem disso. Falar de João de Melo Cruz é dizer, sem sombra de dúvidas, que se trata de uma das figuras mais importantes da advocacia criminal baiana.

Todos sabem que ele representou, que ele foi uma espécie de príncipe do júri. João de Melo Cruz teve uma passagem na advocacia criminal ímpar; fez uma advocacia voltada para o social; fez uma advocacia voltada para todo aquele advogado que pensa só na liberdade dos clientes. João de Melo Cruz teve a passagem na cátedra como professor da Faculdade de Direito da Universidade, onde eu tive a honra de ser seu aluno. João de Melo Cruz trilhou uma trajetória invejável. É difícil, ou vai ser difícil encontrar uma figura tão extraordinária como João de Melo Cruz, seja como profissional, como homem ou como amigo. Então, para falar de João de Melo Cruz, teríamos que passar aqui o tempo todo, porque eu tive a honra e o privilégio de conviver com ele, seja na advocacia, seja na vida.

Algumas passagens extraordinárias inesquecíveis da minha vida eu devo a João de Melo Cruz. Eu não posso falar de João de Melo Cruz a não ser falar de mim. E o momento é de agradecer a João, de homenageá-lo. E, nesta oportunidade, é que encarecidamente e de público quero agradecer a João pela minha vida de advogado.

Então, para não inverter o contexto, eu quero dizer a João, muito obrigado pela contribuição que você me deu. Sozinho, na época, sou de Pernambuco, você me acolheu, você me pôs no braço e pegou os outros também.

Quero dizer que antes de João estar de parabéns, está de parabéns a Assembleia; está de parabéns a deputada Maria del Carmen que num ato feliz homenageia João de Melo Cruz. E todos nós amigos de João estamos de parabéns.

Então, antes de parabenizar João, vamos parabenizar a todos que tiveram a satisfação de conviver com João, com a sua família, com os seus filhos. Parabéns, João! Parabéns a todos nós! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Quero registrar a presença do advogado Luiz Coutinho, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados; de Suely Sales de Souza, da Associação Rural de São Sebastião do Passé; de João Carlos Martins, presidente da Associação dos Defensores Públicos; de Iolanda Gonçalves dos Santos, amiga; de Raimundo Vieira, diretor do TRE. Obrigada, Dr. Raimundo, pela presença; de Idelmário Proença, coordenador estadual do Movimento dos Sem-Teto de Salvador; de Isidro Otávio Amaral Duarte, diretor cultural de imprensa; de Alberto Gordilho Filho, meu amigo; de Cícero Bathomarco Lemos; de João Carlos Teles, advogado e amigo; de Ângelo Roberto; de Vítor Duarte que representa aqui o secretário de Desenvolvimento Rural Jerônimo Rodrigues; do Prof. Dr. Francisco Hupsel e da Dr^a Edite Hupsel. Quero agradecer a presença de ambos aqui conosco.

Neste momento, passo a palavra ao nosso homenageado, o mais novo Cidadão Baiano.

Quero dizer, Dr. João de Melo Cruz, que recebi uma mensagem do deputado Nelson Pellegrino pedindo desculpas pela sua ausência em virtude do falecimento da nossa ex-Primeira-Dama Marisa Letícia, falar dela nos emociona. Toda a bancada do Partido dos Trabalhadores, com exceção de mim, está viajando para homenageá-la. Eu tinha compromisso com o senhor e tinha que estar aqui nesta Casa.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Passo a palavra ao Dr. João de Melo Cruz.

O Sr. JOÃO DE MELO CRUZ:- Eu queria, inicialmente, tranquilizar os senhores quanto ao meu estado de saúde. Eu me machuquei jogando no juvenil do Bahia. Nada de mais grave.

Sr. Procurador-chefe da Procuradoria Judicial Ruy Sérgio Deiró da Paixão; Sr. Ten-Cel. Davi Oliveira Lanzellotti, representando o Comando-Geral da Polícia; Sr. Advogado, meu querido Marquinhos, que teve a generosidade das palavras; Sr^a Vitória Beltrão Bandeira, defensora pública, e deixando por último a proponente desta sessão, a deputada Maria del Carmen.

Maria del Carmen quando fez a saudação, eu não sabia que ela sabia tanto da minha vida, fico até desconfiando de que o discurso que preparei não se torna mais necessário pelo resumo de toda a minha vida, naturalmente aqui e ali exagerando em relação às minhas virtudes.

Mas de qualquer forma, vou ler aqui, os senhores não se preocupem com o tamanho do discurso manuscrito, porque até hoje sou um dromedário em extinção, eu não sei datilografia nem digitar em computador, de forma que tive que fazer manuscrito e sem usar o verso das páginas.

(Lê) “As pessoas que têm uma expectativa normal, que têm uma existência normal, sem luzes e ruídos, instadas a falar sobre suas próprias vidas, haverão de se defrontar com um problema, o de resumir em tempo curto os atos e episódios que lhes parecerão sempre relevantes.

Este é o mesmo problema quando, aqui e agora, devo recordar o caminho que me trouxe até esta Casa, para receber o título que completa a minha dupla cidadania.

Por isso, deva ser o mais sucinto quanto possa, até para não perturbar o sono dos que dormem enquanto falo.

Muitos estranhavam ao saberem que sou sergipano. Nunca alardei por questão de modéstia, mas nunca serei alvo de estranheza ao saberem agora da minha cidadania baiana. A Bahia é o caminho mais curto para as oportunidades de sucesso, comprova o Mamede Paes Mendonça no campo do empresariado; no campo da medicina, Tomás Pinto da Cruz; nas artes, Gener Augusto; na literatura, José Calasans e João Ubaldo Ribeiro, de pai sergipano, e Jorge Amado, pouco que seja já me basta; e no campo dos esportes, o Aranha Negra do campeonato de futebol, do Bahiano de Tênis.

Em Aracaju, fiz o primeiro ano de ginásio no Tobias Barreto, aluno de Seixas Dória, professor de história, muito depois governador destituído e preso pelo golpe militar. Depois disso, fui internado no Antônio Vieira, na época em que o horário noturno era regulado pela passagem do bonde da linha Garcia/Rio Vermelho.

Ainda sinto o gosto do guaraná Fratelli Vita, da disputa de um jogo chamado 'guerra-guerrô, por onde anda?' – e que à noite era alvo do silêncio do dormitório. Morto o meu pai, o seu Dudu, D. Zuleika, a minha mãe, que teve 8 filhos que vingaram, levou-nos para São Paulo grande, onde já estabelecidos os mais velhos. Dessa mudança, até hoje, não sei por que, deixaram para trás Tupã, o meu cachorro, amigo de infância. Com isso teve fim a minha infância, reino encantando do menino brincando na rua, empinando arraia, pongando em bonde, gazeando aula, tomando banho na maré, e muitos livros que amei desde pequeno.

Somos de uma geração em que a educação não dispensava a palmatória, o puxão de orelha, e o termo *bullying* ainda não tinha sido inventado. Apesar desses critérios pedagógicos, nunca me senti agravado, vítima do politicamente incorreto, algo a ser visto com desconfiança, porque eles nos ensinaram a não chorar, a amadurecer a minha rebeldia ante os fatos da vida, que esses, sim, exigem força e preparo para o confronto.

Em São Paulo, saudoso da antiga liberdade, sentia-me como um imigrante grego que acentuava a nostalgia da terra de origem. Matriculado no São Luís, também jesuíta, colégio frequentado por filhos de banqueiros, pai rei daquilo, pai rei daqueloutro, e dos colegas restou-me apenas a amizade de José Roberto Antonini, cultivada até hoje, que fez a sua opção pelo Ministério Público paulista, onde encerrou a carreira de promotor que nunca ultrapassou os poderes de acusação.

Colégio católico, a religião não superava o currículo. Lembro-me do retiro espiritual, anunciando o castigo divino, o fogo eterno do Inferno, intimidação compensada pela comida farta e saborosa. No último que frequentei, por promover brincadeiras perturbando o silêncio do recolhimento, fui expulso. Mas, como disseram, “dispensado para chegar em casa mais cedo”. Ao tentar a matrícula no 3º ano clássico, fui recusado, o que pareceu à minha mãe, devota do Coração de Jesus, quase que uma excomunhão, logo desmentida diplomaticamente com a explicação de que seria de bom alvitre apenas uma mudança de colégio.

O bom reitor jesuíta – eles punem o pecado, mas são generosos com o pecador

– ajudou, assim, a convencer D. Zuleica a permitir a minha volta, convertendo falta tão grave, “Senhor Deus, meu filho expulso de um colégio de padres!”, em pecado venial. E não existe lugar melhor que a Bahia para cumprir penitências e reincidir em pecados. (Risos)

Percorri, quando estudante, o circuito das velhas pensões de Salvador. Garganta de Nazaré, onde os bondes não se cruzavam. Rosário, colega de Othon Bastos e de Humberto Vieira, companheiro de violão morto precocemente quando já chegara a jornalista internacional da *Rede Globo*. Pensão do Sodré e do Corredor da Vitória, bem antes da invasão imobiliária. Nela, emprestava o violão, que nunca aprendi a tocar, cego do ouvido, ao menestrel Elomar. A que não era pensão, a Casa Internacional, junto à igreja da Vitória, bangalô adquirido pela Reitoria para hospedar estudantes americanos. A discriminação fez o movimento estudantil invadi-la, para, como se chamava, a sua nacionalização.

O nosso grupo inicial de invasores identificados foi punido com a suspensão de 40 dias da Universidade, punição que não deu em nada, pela greve nacional conhecida como a Greve dos 100 dias, deflagrada em solidariedade à retomada.

Hoje, quando vejo a juventude ocupando escolas, sei que o espírito de luta está preservado, e eles, os estudantes, não se confundem com aqueles que bem alimentados desfalcam as cozinhas de panelas, ritmando passeatas rancorosas, ativistas de uma moralidade que pensam justificar a cruzada pela salvação da Pátria. É de estarrecer a participação neste curso dos que clamam pela volta de um regime de força, experiência sombria que estimávamos ter ficado no passado.

Essas romarias patéticas, cujo símbolo é o simpático pato da Fiesp, também para quem viveu e não perdeu a memória, parece ou lembram as famigeradas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, comandadas por um suposto padre, o americano Padre Peyton, e todos sabemos no que deu.

A etapa definitiva da minha formação deu-se como referido no hino *Neste Solo Sagrado*. Aqui, fez-se o homem que sou e que V.Ex^{as}, num instante em que a amizade superou os critérios de julgamento, outorgaram esta honraria, minha certidão de batismo”. Certidão essa que, num momento de extrema gratidão, o deputado Pelegrino, que a ela se associou, foi proposto – e eu até não pensava em tanto – por unanimidade. Deputada Maria del Carmen com vasta experiência nos órgãos e nos setores onde atuou e que representa muito bem o espírito de altivez com que os deputados baianos exercem o mandato que lhes outorgou o eleitorado.

(Lê) “Esse caminho, essa estrada tão longa – estou vivo e espero sem pressa continuar – teve o seu início na minha querida faculdade de direito, onde ingressei ainda no portão da Piedade, no tempo do vestibular com latim e prova oral, aberta esta ao público, atraindo os veteranos e universitários de outras unidades, na expectativa de assistirem ao massacre do candidato.

Meus mestres – todos eles mereceriam um capítulo à parte – serão aqui lembrados em uma só linha por imposição regimental.

Raul Chaves, nosso padrinho da turma de 1963, levou-me para a carreira

universitária onde alcancei, com o seu estímulo, o título de professor-assistente. Calmon de Passos, catedrático em processo civil, seus comentários figuram entre os mais clássicos. Promotor de origem que ao chefiar a Procuradoria-Geral de Justiça determinou – esse é o termo – que assumisse como defensor recém-nomeado as varas do Júri da Capital, indicação que me transformou em advogado criminal, especialização que motivou a docência na matéria.

Aderbal Gonçalves, Adhemar Raymundo, catedrático de processo penal e que chegou por mérito a ministro do Tribunal Federal de Recursos, atual Superior Tribunal de Justiça, sabia de memória todos os artigos do Código, do que se valia para fundamentar os comentários críticos.

Edson O'dwyer, iniciando bem jovem a carreira que o transformou no professor querido e no príncipe da advocacia.

O velho e querido Estácio de Lima, mestre de medicina legal, cujas aulas eram concorridas. Verdadeira lenda da medicina legal, protetor dos cangaceiros, tema de seus estudos reunidos em livro, que a Assembleia em boa hora editou.

Meu bom Deus, desta época firmaram-se minhas amizades. Como se dizia antigamente, amizades feitas nos bancos do colégio.

Ronaldo Bonfim, meu amigo de infância, o único que me restava.

João Carlos Teles, civilista de sólida cultura jurídica e humanística, o que lhe cabe bem na sua postura elegante de aristocrata do direito.”

Gostou?

(Lê) “Gorgônio Araújo, de múltiplas atividades, deputado estadual e federal que foi, juiz do trabalho, poeta de versos espontâneos, que, também como Marighella, versejou provas de rima rica. Raimundo Pinto, ex-desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, autor de reeditados compêndios jurídicos e escritor criativo de personagens de vida própria.

Joaci Góes, extraordinário homem público, relator do Código de Defesa do Consumidor quando deputado federal. De atividades menos conhecidas pela repercussão de sua obra literária e política, jornalista sempre conectado aos fatos cotidianos, companheiro das viagens de estudante que fizemos aos Estados Unidos e Europa.

São tantos os que não cito, mas não esqueço, que escolho como paradigma das virtudes da amizade Isidro Octávio – é assim que ele exige: Octávio – do Amaral Duarte, que não chegou a exercer propriamente a advocacia do fórum, porque, de ampla cultura literária, foi atraído pelo jornalismo, tendo atuado na revista *Veja*, *Jornal do Brasil* e jornal *A Tarde*. Não bastasse o texto excelente, é poliglota, dominando 5 idiomas, inclusive o latim, que dá para enganar.

A vida continua e as amizades crescem. O que seria de mim não fosse a convivência com Fernando Santana, o professor e advogado criminalista de elite?

O meu cunhado Gilberto, ou ex-cunhado – as esposas se vão e os cunhados ficam. Não viajo sem ele como piloto.

Marcos Melo – veja que eu já lembrava disso, até mesmo sem saber se você viria. Marcos Melo iniciou, como disse, a sua carreira no júri comigo e até hoje atende questões que encaminho.

Meu querido amigo – e cito de propósito, por saber que o amigo viria –, Luiz Coutinho, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados da Bahia, porque nunca se sabe se dela vou precisar ou não vou ser amparado.” Está ouvindo, Luiz Augusto?

(Lê) “E porque a morte não é maior que a gratidão, reverencio Alberto Gordilho, pai de Albertinho, leão das minhas campanhas. Ele, também, era conhecido como almirante, patente maior de uma festiva solidariedade humana. Foi ele quem me fez defensor público por nomeação do governador Lomanto Júnior, cujo filho é deputado, a quem peço repassar esta reverência respeitosa ao pai dele, uma vez que Lomanto teve de resistir aos que eximiam a minha ficha no DOPS, o departamento polícia que cassava os comunistas e os esquerdistas. Defensor público, este é um título de sabor medieval, muito ao gosto do cavaleiro andante que Alberto Gordilho era.

E por falar em andanças, surge, na poeira do tempo, Milton Carvalho, o comandante Miltinho que morou em Praga, não propriamente por sua devoção ao Menino Jesus, representando o Brasil na UNE, ou seja, a ONU dos estudantes comunistas. Com a sua chegada, deu-se um novo *status* à residência que passou a ser chamada de “primeira república socialista do Canela”, onde praticávamos o eco-humanismo ideológico que, em plena era stalinista, não afastava nenhum dissidente.

Até hoje, chove sobre a morte de Diógenes Daniel Souza da Silva. Ele era alguns anos mais moço, mas, na verdade, era um irmão mais velho e sábio, pois eu o adverti sobre os riscos que corria. Recatado em público, só rompia a timidez quando reunido à roda de amigos. Redigia, a meu pedido, os mandados de segurança da Defensoria, exigindo, no entanto, manter a incógnita da autoria da peça, pois era avesso à exposição do seu nome.

Por causa de um desses mandados – durante o governo de Waldir Pires, a quem saúdo reverencialmente e a quem servi –, fui de avião, requisitado por mim com toda mordomia, reintegrar os garimpeiros do Brejinho das Ametistas em cortejo comemorativo, dessa vez com o apoio da polícia.

Aliás, havia um policial lá na caminhada. Eu ouvi um policial dizer com muita graça, vamos dizer, mas muito sentida: “Polícia é isso mesmo. Um dia, a gente bota para fora; no outro dia, a gente tem de colocar para dentro.” (Risos) Há umas frases escritas por mim. À época, Deus e eu sabíamos o que era. Hoje, só Deus. (Risos)

Creio caber, ainda, espaço para lembrar a figura veneranda do major Cosme de Farias, pois ele, verdadeiramente, foi o primeiro defensor público sem anel. Orgulho-me de ter realizado um júri com a sua ocasional e breve participação. Já velhinho, erguida a cabeça sobre o corpo frágil, o colarinho engomado, postou-se, sem pedir licença, na bancada de defesa. Sem indagar sequer o nome do acusado, dirigiu-se aos jurados com a voz frágil mas, ao nível pelo silêncio feito, afirmou: “Senhores do conselho de sentença, o réu é uma pessoa boa, bom pai de família, mas, Senhor do Bonfim, me perdoe, a vítima não prestava não.” (Risos)

A essa época romântica dos nossos júris, atendia advogados ou me fazia acompanhar de advogados iniciantes em busca de oportunidades. E foram muitos. Entre esses advogados, meu querido Marcos Melo, que, apesar do nome, não tem nenhum parentesco. De forma que os elogios meus são bem sinceros, não são suspeitos.

Entre essas pessoas a quem levei para o júri está Eliana Calmon, a ministra, que fez seu único júri na minha companhia. Bem assim também o deputado federal Jutahy Magalhães, ‘Jutahyzinho’, também meu ex-aluno e meu secretário, à época, de Justiça. Em julgamento na Comarca da Ilha de Itaparica, sem que ele arriscasse, prudente, sustentar a tese jurídica da defesa, saiu-se muito bem na argumentação da matéria de fato. Genaro de Oliveira e Renato Reis, advogados de grande sucesso e prestígio, muitas vezes participando dos júris da Defensoria por lhes agradar, só, os embates em plenário, sobremodo atuando, estando presente Abílio Coutinho, promotor talhado para o júri, falando para os jurados de forma coloquial, sem arroubos e perorações injuriosas, por isso mesmo envolvente e adversário perigoso.

E porque estou agora em local onde se travam os debates sinto-me à vontade como se estivesse na minha tribuna de advogado, portando a beca de uma militância cinquentenária, para analisar alguns aspectos dessa empolgante cruzada contra a corrupção.

Personagem e merecido destaque, não me demoro em saudar o digno juiz do processo apelidado de Lava-Jato, magistrado de muito preparo no enfrentamento jurídico da questão, cioso dos poderes de mando de seu ofício. Ao seu lado, nesta chamada República de Curitiba, concorrendo para a fama cada vez mais acentuada, a força-tarefa integrada por membros do Ministério Público Federal, incumbidos de promover a acusação dos infratores. Está claro que ninguém pode negar as virtudes deste combate de iniciativa tão esperada. Mas a repressão ao crime, até mesmo em benefício da higidez do processo, não pode realizar-se num vale-tudo, pela prática de medidas ilícitas, que são, frequentemente, ilícitos penais.

Para ilustrar o cometimento desses desvios de competência em atitudes mais políticas do que jurídicas, até mesmo na instância do Tribunal Superior, cite-se o despacho monocrático que impediu liminarmente a nomeação de ministro pela Presidência da República, decisão fundamentada pelo ministro do Superior, em prova ilícita, produzida pelo juiz da Lava Jato. Aquele diálogo grampeado que pressurosamente, dado a divulgação, com a quebra do sigilo... Essa quebra por si só. Punido com a reclusão de 2 a 4 anos à teor do art. 10 da lei que regulamenta a interceptação telefônica. E despacho também monocrático, destituindo liminarmente o presidente do Senado, um dos poderes da República. Depois, em Plenário, o Supremo anulou a decisão monocrática.

A decisão monocrática, em decisão liminar, o STF anula a aprovação pela Câmara de Deputados do projeto de lei de iniciativa popular, mas patrocinado, sempre, pelos ativistas, ativos promotores federais. Falo, aqui, do projeto que ficou conhecido como as 10 medidas contra a corrupção. Esse título, de caráter fascista, não se restringe a 10 medidas, como foi dado a entender intencionalmente. Na verdade,

ele compreende mais de 100 alterações normativas, ou seja, mudanças de dispositivos de lei, aplicando-se, portanto, a todos os processos e não somente aos processos de corrupção.

Ademais, o projeto oferece medidas flagrantemente inconstitucionais. Veja-se aquela que passa a admitir a prova ilícita, proposta que, certamente, convenceu, deve ter influenciado Trump, o abominável homem das cavernas que defende o uso da tortura no interrogatório do preso.

Também o projeto afronta a carta ao dispor serem admissíveis no processo penal as provas obtidas por meios ilícitos, quando a Constituição dispõe que são inadmissíveis. Ele afronta à regra pela qual, segundo o Código de Processo Penal, essas provas devem ser desentranhadas do processo.

Também me refiro como abusiva a proposta, a medida que limita o uso do *habeas corpus*. A ditadura militar retirou a competência do Supremo para conhecer e julgar *habeas corpus*, tendo por objeto atos revolucionários.

Inconstitucional também é a que determina a inversão do ônus da prova, isentando o acusador de provar a acusação, cabendo ao réu, a partir de então, provar a sua inocência.

A instituição do “teste de integridade”, conhecido também como pegadinha, destinado à verificação da honestidade e capacidade do servidor de resistir ou não à oferta de corrupção, essa medida encerra um bisonho contrassenso, porque não se vai admitir que íncritos promotores desconheçam lições de compêndios para iniciantes na doutrina penal.

Ora, detectada a intenção de improbidade, o servidor não seria punido, mesmo em processo administrativo, posto que a cogitação não é punível. Está logo no meio do Código Penal, artigo 31, que não importa que os atos preparatórios... que mesmo os atos preparatórios também não são puníveis.

O contrassenso se estende em hipóteses mais graves. Se o funcionário vier a aderir a proposta induzido pelo agente provocador, sua conduta também não seria punível, posto que, impossível a consumação do crime. Estamos diante do denominado flagrante preparado, que impede seja ofendido o bem jurídico tutelado.

A redação da Súmula 145 do Supremo, diz que não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia ou, no caso, por terceiros, torna impossível a sua consumação.

Pois bem, ou muito mal, incentiva-se um movimento para galvanizar a opinião pública aterrorizada pelo falacioso argumento de que o projeto, tal como aprovado pelo Parlamento, com alterações e acréscimos, visava ferir de morte a Lava-Jato. Pretende-se assim, em bom vernáculo, reduzir o Poderes Legislativo a um reles órgãos homologatório do Ministério Público.

Li em minhas leituras a observação de que, assim como ocorria na ditadura, está sendo formatada uma ideologia que criminaliza os poderes que derivam do voto. Essa construção mitiga a democracia e fragiliza a autoridade política, que vem sendo estigmatizada sem distinção.

No momento em que se busca um atendimento necessário, procura-se quem tenha expertise profissional para não correr o risco de uma assistência desastrosa. Esse é um paradoxo primário. Tanto vale essa opção de um profissional competente, tanto para o médico, advogado ou artesão e mesmo para o gari, como se viu na exposição midiática do prefeito neófito segurando desajeitado a vassoura subtraída do varredor de rua.

Muitos, certamente, não levarão em conta esses comentários que censuram o momento jurídico. Por eles não me arreceio, mas não pretendo convencer com minhas palavras, não pelo que digo, mas pelo que dizem os mais autorizados.

É deplorável a atitude dos escoteiros da Lava Jato, dispostos a estimular a espetacularização do processo penal, convocando entrevistas coletivas de cobertura nacional, com a exibição de gráficos...” eu não sei nome que tem aquilo “(...) e adjetivação ofensiva, própria dos corregedores do santo ofício, empenhados em fazerem o leigo acreditar que a denúncia é sentença condenatória antecipada.

De há muito perderam a imparcialidade que empresta dignidade ao cargo, sem pejo de – nas palavras, não minhas, mas de Fernando Tourinho – converterem 'a desgraça alheia em pedestal para seus êxitos e cartaz para sua vaidade'.

Fernando Tourinho é baiano, promotor, foi membro do Ministério Público de São Paulo, autor dos mais autorizados comentários do Código de Processo Penal.

Com ênfase que surpreende, não foram os limites ultrapassados. Leia-se o que o jornalista Reinaldo Azevedo, notório adversário do petismo – ele se vangloria de ter cunhado o termo 'petralhas' – escreveu em sua coluna na *Folha de São Paulo*... No dia 24 de outubro, André Singer, colunista desse jornal, publicou um artigo intitulado '*é hora de barrar o arbítrio*', em que aponta o que considera escalada autoritária na Lava Jato. Referindo-se a uma crítica que já fiz à prisão relâmpago do ex-ministro Guido Mantega, escreveu: '*Não sou eu quem o diz, mas o insuspeito de petismo Reinaldo Azevedo*'. Citação de Reinaldo: '*Força-tarefa e juiz quiseram dar um recado: mandamos soltar e prender quando nos der na telha*.' Mais adiante, Singer considera: '*Agora parece que o Moro ultrapassou o limite do aceitável, mesmo para corações liberais e conservadores*'.

Paciência, senhores, mas seria injusto não agradecer aos médicos que há muito me socorrem. Certa vez perguntaram quem era o meu médico. Ora, bem, quem tem médico é criança, na nossa idade contamos é com uma junta médica. Tolhido mais uma vez pelo protocolo, restrinjo a citação à pessoa do Dr. Jorge Bastos, hoje um querido e fraterno amigo. Especialista em transplante de fígado, decepcionou os que imaginavam que os seus préstimos tinham por alvo aquele órgão, que resiste íntegro a uma conhecida atividade paralela que exerci. Não esqueço nada.

Nessa prestação de contas, tem lugar, com meu carinho, o poeta Waltinho Queiroz, fundador do bloco do Jacú, autor dos meus *jingles* de campanha e do Hino do Ipiranga, meu time do peito. Hino que fez a meu pedido num instante de inspiração na geral da Fonte Nova. Esse poeta generoso é torcedor do Bahia, Waltinho Mococa é um amigo.

Amizade antiga também é a de Pedro Pacheco, *marchand*, que aprendeu a arte do ofício com o pai, por sinal, sergipano. Antes que esqueça, e no momento são tantos os outros: João Rodrigo; Editinha, minha prima; Hupsel; o meu querido funcionário do Tribunal Regional Eleitoral; uma antiga amizade também, Pedro Pacheco. Enfim, antes que esqueça desses outros tantos, vejo presente uma amizade mais recente, Dr. Camilo, ali todo com a barba de guerrilheiro, advogado de grandes empresas em São Paulo, mas um paulista informal, sem as amarras da gravata, pois não desmerece a militância de sucesso o uso das vestes de Filhos de Gandhi.

Na vida de um homem existem marcas que o acompanham como um sinete, tatuagem indelével, a marcar eventos de sua vida, a sua existência. No meu caso são os poderes da água. Quando meu pai morreu em seu quarto, naquele tempo as pessoas nasciam e morriam em casa e as casas tinham quintal. Um pouco antes de morrer, pouco antes de se ausentar sem retorno, na penumbra do estado de coma, apertou com força o meu braço de menino pedindo: “meu filho me dê água”, no que fui impedido, proibido de atendê-lo. Não sei porque antes de morrer não pode beber água.

No Colégio Diocesano, de Campinas, vejam bem, no dia 24 de agosto de 1954, os alunos tiveram interrompidas as aulas e dirigiram-se para a praça de esportes a fim de comemorarem o suicídio de Getúlio Vargas. Fomos então obrigados a deixar as piscinas por um grupo numeroso de operários que lotavam caçambas em corridas pela cidade. Bonito! O episódio me levou a questionar o meu pequeno mundo de burguesinho.

Já universitário, prestando serviço militar na CPOR, inscrevi-me no grupo de militares do 19 BC e 28 de Aracaju, voluntários para marchar a pé de Salvador para Brasília, por ocasião da sua inauguração, inclusive participou um tenente da Polícia Militar, Tenente Castelo Branco. Um caminhão apenas dava apoio à tropa pelo que a água era racionada, dependia dos rios que encontrávamos, cortando a trilha de areia marginada pela selva. Tudo me enchia de brios, herói retardatário de minha Coluna Prestes. Estando como oficial de dia, aluno CPOR gozava desse privilégio, era tratado como tal, fui chamado para atender uns viajantes, 4 homens e um menino da mesma cepa dos últimos combatentes de Canudos. Após servirem-se de água, ofereci ao menino mais uma caneca ao que ele recusou para não acostumar mal. Nessa hora me dei conta de que heróis verdadeiramente eram eles, indo a pé da Paraíba sem fardamentos e armas, trazendo no bocapiu a esperança de se tornarem candangos em Brasília.

Não me falta também a proteção do meu Terreiro do Gantois, cuja solenidade sem atabaques as águas de Oxalá derramadas sobre a cabeça lavam as mágoas no coração do homem. Mãe Menininha fez a minha cabeça de Oxóssi, hoje, sob as bênçãos de minha Mãe Carmem, que pede aos orixás a proteção de seus filhos.

E tudo isso que vos conto é verdadeiro. Não foi por acaso a homenagem que agora recebo marcada para o dia 3 de fevereiro, hoje, porque ontem todos estávamos levando presentes para Iemanjá, rainha das águas do mar.

Os senhores já perceberam que a promessa de brevidade assumida foi promessa

de advogado, em que nunca se deve confiar, pois eles não podem ver uma tribuna que nunca se desandem a falar.

Finalmente – agora é pra valer –, finalizo o discurso fragmentado de uma memória afetiva, reservando o lugar mais carinhoso para os meus filhos. Dr. João Filho, Janjão, hoje melhor advogado que o pai, felizmente. Autor de contos surpreendentes pelo estilo e desfecho; Maria Teresa, Teteca, bailarina e coreógrafa, dedicada a sua academia de balé, cujas alunas leva, inclusive, para o exterior, na participação de eventos; Fredinho, universitário, de coração aberto para a vida; e Juliana, que toma conta de mim e suporta bravamente o trabalho que lhe dou. Essa alegria se completa pelos consortes, seus maridos José Avena, Murilo, Juliana, e os netos Pedrinho, Clarinha, esta, assim como a mãe, bonita, com uma elegância que só o balé oferece; Maria Luísa, Malu, típica baianinha, que ama os livros, o que é surpreendente. Hoje em dia, com a internet, com o celular, as crianças se ocupam, e essa menina de 7 anos, quando vai ao shopping, quer ir logo para a livraria; e, por último, mais recente, por isso que refiro, a buliçosa Valentina, que já se move para alargar os limites de seu berço. Por eles, estendo o meu carinho, por causa deles estendo o meu carinho às mulheres que, por amor, os conceberam. Eles representam para este pai as raízes de minha formação, as raízes do encanto e da alegria de minha baianidade, e haverão, bem sei, de perpetuar as honrarias desta cidadania. Que eles me abençoem, e porque sei agora, contrito, que nem sempre fiz o bem, convertido pelo espírito deste batismo de agora, invoco afinal o seu nome: Senhor do Bonfim, me perdoe, também.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Registro também a presença de Raul Chaves Filho, presidente do Rotary Club de Salvador.

Convido a todos os presentes para acompanharmos a execução do Hino da Bahia.

(Execução do Hino da Bahia.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Em nome do Poder Legislativo da Bahia agradeço a presença de todos, das autoridades civis, militares, dos amigos, dos senhores e das senhoras, da nossa equipe, da nossa assessoria que organizou esta sessão especial, da Imprensa, e declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Atos Oficiais / Departamento de Taquigrafia

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.